

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Commercio

Class.: 46

Data: 8 de Abril de 1982

Pg.: _____

Carajás leiloa Amazônia

Para SBPC, Governo usa projeto para captar dinheiro

"O projeto Grande Carajás é fundamental para sustentação do poder atual do Governo brasileiro, que vê nele um aval para captação de recursos externos, e, assim, faz parte da estratégia manter a sua formulação e viabilização fechadas." A opinião é do coordenador da Comissão Nacional de Carajás, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Manoel Gabriel Guerreiro.

A concepção geral do projeto Grande Carajás, disse, "agride a própria Amazônia, porque não contém nada de interesse da região, e sim o que está na cabeça dos técnicos". Assim ele acha que ou o projeto muda, sendo redimensionado, ou não poderá ser implantado na região: "Não queremos mais intervenção do Estado em Carajás, porque tudo está sendo feito com Estado demais. E usam o nosso dinheiro para entregar ao capitalismo."

Neste redimensionamento do Grande Carajás ele acha fundamental enfiar dois pontos: a concepção do projeto, pois não há nenhum estudo provando que ele deva ser em grande escala, e, até pelo contrário, este tipo de projeto aumenta o endividamento externo, embora possa gerar mais divisas; e a velocidade de implantação que necessita ser mais lenta.

Durante o Seminário sobre Carajás, promovido pela SBPC e encerrado ontem, foram abordados os grandes problemas de trabalho na região, onde a Vale do Rio Doce vem encontrando uma rotatividade de mão-de-obra de 24% por mês, a malária tende a aumentar bastante; em apenas uma empresa da região, a Camargo Correia, 20% dos 3 mil empregados estão com malária, segundo José Fiuza Lima, do Ministério da Saúde.

Assim, segundo o médico Fiuza Lima, a Vale do Rio Doce deverá assinar ainda este ano um convênio com o Ministério, visando assegurar um trabalho na área contra a malária e outras doenças da região. Também participando do seminário, Iara Ferraz, antropóloga, disse que dentro da área do Grande Carajás estão 25 reservas indígenas, das quais quatro mais diretamente afetadas por ele; e várias ainda não contactadas pela Funai.

FANTASIA DA VALE

O primeiro a falar, ontem, no seminário da SBPC sobre Carajás foi Amílcar Baiardi, que depois de descrever as características da região disse que o estudo apresentado pela Vale do Rio Doce de que Carajás poderia produzir cereais na ordem de US\$ 15 milhões é "a maior fantasia". O estudo japonês está, segundo ele, um pouco mais perto da realidade e o Embrapa apresenta um aspecto positivo, ao propor o desenvolvimento de um projeto-piloto agrícola nas

áreas degradadas com a pastagem, relacionando 5 milhões de ha para produção de grãos e 22 milhões de ha para produção sivepastoril (madeira e pecuária).

E destacou a necessidade de uma ação política para preservação da floresta densa, porque acha extremamente perigoso para todo o equilíbrio ecológico da região a destruição dessa floresta. Se continuar a devastação atual, disse ele, em 30 anos a floresta amazônica poderá desaparecer.

Falando a seguir, o médico José Fiuza Lima citou a incidência de determinadas doenças típicas da região, destacando a malária, que informou já ser hoje problema na área do Grande Carajás. A seu ver, é um atraso o Ministério da Saúde não participar do grupo interministerial que estuda o projeto, e só ser chamado quando a doença já está instalada, quando então são necessários mais esforços e recursos financeiros para agir. E lembrou que há, atualmente, no Pará mais de 50 mil casos de malária; a construção da Madeira-Mamoré quase se tornou inviável pela presença dessa doença entre os trabalhadores.

Explicou Fiuza Lima que, ao adoecer, o trabalhador contratado de boca é despedido, e esse é um dos motivos da grande rotatividade da mão-de-obra na região. Disse ainda que se tentou uma reunião com a secretaria executiva do Grande Carajás e as empregadas da região para discutir o assunto, porém nada foi conseguido. Agora, a Vale do Rio Doce deve assinar um convênio com o Ministério da Saúde dando suporte para esse atendimento.

"As reservas florestais e indígenas incomodam as empresas e o Inera" disse Iara Ferraz, explicando que, das 25 áreas indígenas existentes dentro do projeto Grande Carajás, quatro são especialmente atingidas: uma dos Caiapós, outra dos Gavides e duas dos Tupis. Informou que na área dos Caiapós, por exemplo, foi instalada uma fazenda de madeira — Gran Real Tóquio — e uma empresa canadense pediu, em 1979, autorização para pesquisar níquel.

A área dos Gavides foi apontada por ela como das "mais críticas e sem espaço", entre a estrada e a ferrovia. Esses índios já receberam duas indenizações, a última, em abril passado, da Vale do Rio Doce, pela passagem da ferrovia. Mas apesar dessas indenizações, eles tiveram perda de 70% do cultivo de castanha, principal fonte de sobrevivência. Frisou, então, a antropóloga que a Vale do Rio Doce convocou alguns especialistas em indígenas para assessorar na implantação da ferrovia, sendo ela um deles.

O secretário regional da SBPC, Eduardo Azeredo Costa, lembrou da mudança das características da região Amazônica que está se verificando com esses projetos — fato que se manifestou com o aparecimento

de meningite, no ano passado, num canteiro de obras, e um surto de doença mental, ao redor de Manaus. E frisou: "Se não se trabalhar antes, a área do Grande Carajás será pior do que o restante do Brasil em termos de doenças". E, a seu ver, deveria se criar um conselho para examinar o aspecto econômico junto com o social.

Para Eduardo Costa é importante que "a exploração das riquezas de Carajás seja para melhorar a vida da população brasileira, e não com outros objetivos". Durante os debates, Baiardi disse que a Amazônia só produz para consumo interno, não tendo excedentes alimentares, destacando que "a parafernália" de armazéns infalíveis e tratores não mudou nada em relação a esta situação. E citou a produção de arroz da Embrapa como sendo de 1200 ha inicialmente, passando, depois, a 600 ha e a seguir a 300 ha.

O coordenador da Comissão Nacional de Carajás disse, então, que a vocação da Amazônia é hidrográfica, com cultura de várzea, mas "este aspecto não interessa ao projeto Carajás, ao Jari e a outros de igual magnitude. O que interessa é a agressão fantástica. Um dos presentes ao debate, o professor Gustavo, falou que "esses grandes projetos necessitam de tantos empréstimos que, pelo menos durante alguns anos, não vão ajudar, em nada, a melhorar a dívida externa brasileira".

E citou os sete núcleos urbanos que a Vale do Rio Doce estabeleceu no projeto Carajás, visando melhorar a situação de saúde, segurança de trabalho, formação profissional e lazer dos trabalhadores. "não por ser boazinha", mas devido à necessidade econômica, porque a rotatividade de mão-de-obra na área é de 24% por mês (na Ferro-Carajás, onde existem 33 empreiteiras). E essa mão-de-obra é cara.

O debatedor da platéia mostrou-se favorável a uma maior ação estatal na área, visando diminuir a magnitude do projeto, e deixando projetos menores, como o da gusa, com pequenas empresas. A essa colocação Gabriel Guerreiro mostrou-se contrário afirmando, em tom enfático, que "não queremos mais intervenção do Estado na Amazônia, porque ela já é demasiada".

Na platéia, os participantes lembraram do problema que está surgindo entre a Vale do Rio Doce e o Governo Federal, com a atribuição de responsabilidade ao grupo interministerial. E um outro debatedor da platéia, o professor Alexandre, falou que "na área estão influenciando a racionalidade autoritária e a racionalidade capitalista". E complementou: "É óbvio o componente autoritário no processo de decisão de Carajás".